

Provavelmente ainda este mês haja mais uma reunião do Conselho Monetário Nacional. Já existe até uma data reservada: 29 de junho, dia de São Pedro, uma quarta-feira. Nestes próximos 15 dias, as autoridades econômicas do governo pretendem criar o clima — ou as “condições políticas” de que fala o ministro Delfim Neto — favorável à “desindexação” da economia.

O primeiro problema está em definir claramente o que seja essa desindexação de seus limites. Durante a reunião do Conselho Monetário de quarta-feira passada, houve uma total unanimidade entre os representantes do setor privado em favor dessa medida. O ministro do Planejamento pediu a cada um dos empresários que definisse claramente sua posição. E, segundo depoimento de um assessor de Delfim, ele ouviu as mais diferentes exposições.

Na verdade, a desindexação significaria o nivelamento das três correções — a monetária, a cambial e a salarial — por um índice que não registrasse os aumentos de preços dos derivados de petróleo, dos derivados do trigo, do açúcar e os efeitos inflacionários dos impostos indiretos e dos subsídios. Os defensores dessa medida alegam que só assim seria possível evitar o efeito realimentador da correção sobre a inflação e reduzir os índices de aumentos de preços. Economistas de todos os matizes defendem essa investida. O elenco de medidas divulgado na quarta-feira poderá tornar-se totalmente inócuo — e até mesmo produzir os efeitos contrários ao esperado — se a desindexação não cair. O professor Octávio Gouveia de Bulhões, por exemplo, acha que a inflação logo chegará aos duzentos por cento.

Na realidade, o governo também sabe que precisa desindexar, mas está encontrando dificuldades políticas e técnicas para agir. O ministro Delfim Neto não esconde de ninguém que gostaria de influir imediatamente sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, alterando os aumentos salariais.

— Precisamos de uma lei salarial que seja compatível com uma redução da inflação, uma lei que dê mais atenção à inflação passada e menos à futura — prega Delfim.

Bem que ele tentou incluir nesta primeira parte do pacote o expurgo no INPC. Mas, no Palácio do Planalto, os ministros Leitão de Abreu e Rubem Ludwig conseguiram mostrar que a medida poderia ser política e socialmente desastrosa. As pressões do PDS e do PTB — Ivete Vargas inclusive ameaçou romper o acordo — também ajudaram a expurgar do pacote a proposta de Delfim e seus companheiros da área econômica. E, na verdade, o ataque somente ao INPC seria desastroso e perverso. O governo estaria jogando sobre os trabalhadores a maior parte do ônus do combate à inflação.

Justiça social

Seria socialmente mais justo, conforme defendem diversos economistas e empresários, distribuir este custo por todos. Para isso seria preciso atacar também a correção monetária e a correção cambial. E é aí que começam as dificuldades do governo. Um expurgo na correção monetária, por exemplo, reduziria os rendimentos das cadernetas de poupança. Os aplicadores em poupança certamente procurariam outros investimentos mais atraentes, como as ORTN com correção cambial, o ouro e até o mercado negro do dólar. E o Sistema Financeiro da Habitação, já próximo de uma crise de liquidez, seguramente entraria em colapso.

Atacar a correção cambial é o que o governo não vai fazer mesmo. Na briga desesperada para conseguir um espetacular superávit na balança comercial, a política de desvalorização acelerada

DE BRASÍLIA

JOSÉ MÁRCIO MENDONÇA

À espera de “condições políticas” para a desindexação



do cruzeiro é fundamental. Hoje mesmo o cruzeiro sofreu sua 23ª desvalorização deste ano, e está valendo 2,15% menos. Em um ano, para uma inflação de 119%, o cruzeiro perdeu 28,495% de seu valor

em relação ao dólar. O governo não tem intenção de reduzir a competitividade dos produtos brasileiros no Exterior, ainda mais agora que aumentou os juros dos financiamentos para a exportação.

A correção cambial alta gera um problema adicional: aumenta o serviço da dívida pública interna e, conseqüentemente, o déficit público. Isso porque grande parte dos mais de dez trilhões de cruzeiros da dívida está em ORTN com correção cambial. A cada alteração do câmbio aumenta o custo deste dinheiro. No final de 83, segundo cálculos conservadores, esta dívida deverá chegar a 19 trilhões de cruzeiros. Se grande parte dela não estivesse sendo remunerada em dólar, chegaria somente a 16 trilhões. Se liquidar com essas ORTN o governo não conseguirá controlar nada. Muito menos baixar os juros, a ciranda financeira, que hoje dá mais valor à agiotagem que ao trabalho produtivo e só tende a aumentar.

Nestas duas próximas semanas Delfim, Galvêas, Langoni e seus assessores vão trabalhar firme em duas frentes: na parte política, tentando convencer o Palácio do Planalto, o PDS e o PTB da urgente necessidade de se fazer um ajuste na política salarial, e na parte técnica procurando saídas para ajustar também a correção monetária e a correção cambial.